

## **GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO ESTADO DA PARAÍBA NOS QUESTIONÁRIOS CONTEXTUAIS DO SAEB (2021)**

Andréia F. da Silva

Universidade Federal de Campina Grande

silvaandreia@uol.com.br

Elayne Beatriz de F. Carneiro

Universidade Federal de Campina Grande

ellaynefariass@gmail.com

Luciana Leandro da Silva

Universidade Federal de Campina Grande

luleandro@gmail.com

Rute P. A. de Araújo

Universidade Federal de Campina Grande

rute.pereira@professor.ufcg.edu.br

Financiamento: Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba

### **Introdução**

O trabalho apresenta resultados de pesquisa, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Política e Gestão Educacional (GPPGE) do PPGE/UFPG, que analisa o(s) processo(s) de reforma das redes municipais de ensino do estado da Paraíba, de 2015 a 2021, e tem por objeto de estudo a implantação da orientação neoliberal e das políticas de “modernização gerencial” nestas redes, considerando três eixos: a caracterização da organização e funcionamento das redes de ensino; a implantação de iniciativas de avaliação externa em larga escala e de responsabilização; e os processos de privatização da gestão municipal.

Constituído por 223 municípios, a Paraíba situa-se no Nordeste do país, possuindo 56.468,435 km<sup>2</sup>, organizados em quatro mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano. 76,23% dos municípios encontram-se em área de desertificação, concentrando três quartos de sua população, que foi estimada, no ano de 2020, em 4.018.127 habitantes (IBGE, 2020).

O estado, ainda, enfrenta graves déficits e desafios educacionais que se revelam nas altas taxas de analfabetismo e no acesso reduzido de pessoas com 25 anos ou mais à escolarização (SILVA *et al*, 2020). De acordo com dados da Pnad Contínua, na Paraíba, em 2019, 53,2% da população de 25 anos ou mais não tinham instrução ou contavam apenas com o ensino fundamental incompleto. A taxa de analfabetismo, entre as pessoas de 15 anos ou mais, era de 16,1%, 508 mil pessoas, a segunda maior do país (IBGE, 2020). Esses e outros dados justificam a relevância do presente estudo.

Neste texto, são apresentados dados referentes à organização e gestão das redes de ensino, primeiro eixo da pesquisa. A fonte das informações consiste nos questionários contextuais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) aplicados aos secretários municipais de educação. Está organizado em três partes: introdução, que apresenta o trabalho; a metodologia que expõe os dados examinados e principais achados e, por último, algumas reflexões finais.

### **Metodologia, dados e principais achados**

A pesquisa vem sendo desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada na compreensão de que estas abordagens se complementam, sendo necessário interpretar o número, vinculando-o ao contexto histórico e às políticas implantadas. Tem como principal fonte os dados disponibilizados nos questionários contextuais do Saeb aplicados aos secretários municipais de educação da Paraíba no ano de 2021, que teve sua primeira aplicação em 2019.

Segundo o Inep (2021), os questionários contextuais têm como objetivo geral “produzir indicadores e informações que permitam mensurar as diferentes dimensões da qualidade da educação” (p. 49). Entre os seus objetivos específicos, considerando o intuito da presente pesquisa, se destacam:

- nortear estudos para compreender a realidade educacional do país;
- contribuir com a construção de sólida e consistente base de dados sobre a educação básica nacional para servir de referência para o estudo e para a elaboração de políticas educacionais nacionais, regionais e locais [...] (Brasil, 2021, p. 49-50).

Sobre o uso dos questionários do Saeb como fonte de pesquisa, Sousa e Vidal (2020, p. 21) afirmam que “[...] representam importantes bases de dados que, analisadas, fornecem informações valiosas sobre situações vivenciadas pelos sistemas educativos e escolas, ajudando a avaliar e orientar políticas públicas”. No entanto, estas informações

ainda são usadas de forma tímida na área da educação, sendo necessária a produção de mais estudos voltados à sua compreensão (Marinho, 2017).

Os dados foram examinados a partir de variáveis discretas, privilegiando a comparação e a análise das informações obtidas sobre os municípios. Na análise dos dados utilizou-se o Excel - Microsoft Office© - com tratamento por meio de estatística descritiva.

O questionário contextual analisado estava assim organizado:

**Quadro 1.** Questionário eletrônico Saeb 2021 - Secretário de Educação

| Dimensões (2021) |                                                 |
|------------------|-------------------------------------------------|
| 1                | Informações pessoais e experiência profissional |
| 2                | Organização e planejamento                      |
| 3                | Educação infantil                               |
| 4                | Ensino Fundamental                              |
| 5                | Avaliação educacional                           |
| 6                | Plano de carreira                               |
| 7                | Avaliação do questionário                       |

Fonte: Inep (Brasil, 2021).

No texto é examinada a segunda dimensão, constituída pelas questões a seguir.

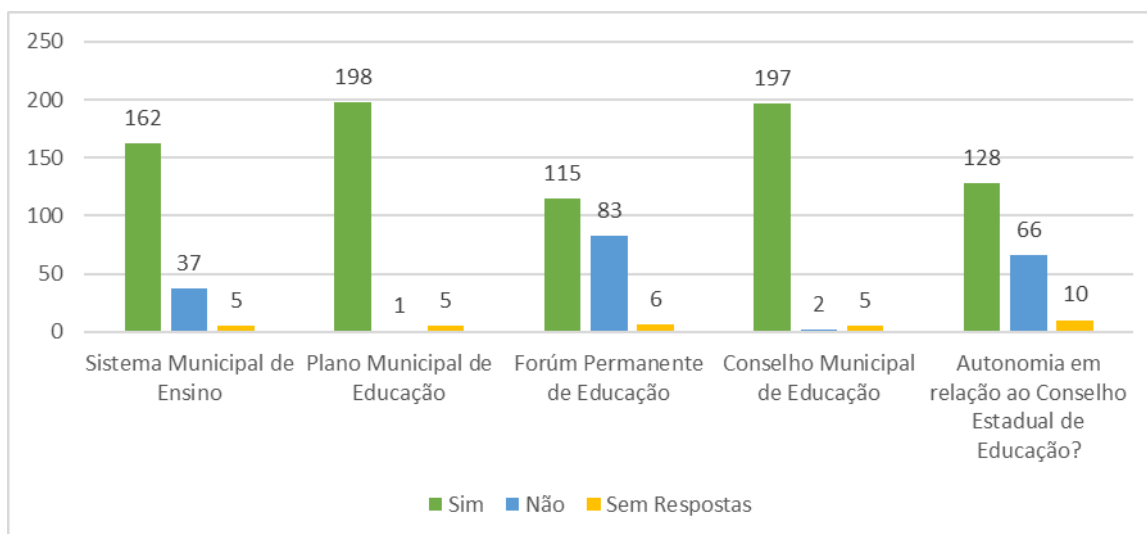
**Quadro 2.** Questionário eletrônico Saeb 2021 - Secretário de Educação

| Dimensão 3 - Organização e Planejamento |                                                                                                           |
|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Q020</b>                             | Sistema Municipal de Ensino (SME)?                                                                        |
| <b>Q021</b>                             | Plano Municipal de Educação (PME)?                                                                        |
| <b>Q022</b>                             | Fórum Permanente de Educação (FPE)?                                                                       |
| <b>Q023</b>                             | Conselho Municipal de Educação (CME)?                                                                     |
| <b>Q024</b>                             | Autonomia em relação ao Conselho Estadual de Educação (CEE)?                                              |
| <b>Q025</b>                             | Quantos servidores/funcionários estão lotados na sede da Secretaria de Educação?                          |
| <b>Q026</b>                             | A Secretaria de Educação é gestora dos recursos da educação?                                              |
| <b>Q027</b>                             | A Secretaria de Educação desenvolve trabalhos em conjunto com:                                            |
| <b>Q034</b>                             | Quais critérios são utilizados para a escolha dos diretores das escolas?                                  |
| <b>Q042</b>                             | Os critérios utilizados para a escolha dos diretores das escolas estão definidos em legislação municipal? |

Fonte: Inep (Brasil, 2021).

Dos 223 municípios, 204 secretários de educação responderam o instrumento, correspondendo a 91,5% dos municípios. O Gráfico 1 apresenta a totalização das respostas dos gestores relativas às questões 20 a 24. Dados relevantes para o conhecimento sobre a organização e gestão das redes municipais de ensino.

**Gráfico 1.** Organização das Secretarias Municipais de Educação do Estado da Paraíba



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Saeb (Brasil, 2021).

Quanto aos aspectos organizacionais, 76% dos municípios informaram possuir sistemas municipais de ensino e quase a totalidade indicou contar com a existência de CME. Apenas dois secretários indicaram a ausência do CME. Somente 62% dos gestores afirmaram que seus municípios possuem autonomia em relação ao CEE. Esse dado pode revelar a existência de relações de dependência e/ou de subordinação entre o ente estado e mais da metade dos municípios paraibanos e necessita ser examinado com mais informações. 97% dos gestores indicaram que os municípios aprovaram seu PME, cumprindo a definição legal. Apenas 56% apontaram a criação do FPE, o que impacta negativamente nas possibilidades de materialização do princípio constitucional da instituição de mecanismos de controle social do Estado e de suas políticas. Apenas 33,3% dos respondentes informaram que em seus municípios as secretarias de educação são gestoras dos recursos destinados para a pasta. Esta situação levanta reflexões acerca da autonomia da área da educação na definição de suas necessidades e no uso dos recursos previstos constitucionalmente e, ainda, das conformações dos municípios para o uso destes recursos.

### Considerações finais

Os dados revelam a pertinência da pesquisa e a necessidade da realização do aprofundamento das análises e reflexões acerca da gestão da educação municipal, visto consistir em um estudo em andamento.

De todo modo, já é possível apontar desafios relativos à implantação de instrumentos de planejamento e de instâncias de participação, acompanhamento e fiscalização das políticas educativas. Para superar tais situações, é necessário, “além de um projeto educativo comprometido com a participação e a cidadania, a garantia de condições adequadas de funcionamento e de pessoal nas próprias secretarias de educação e nas escolas (Cordeiro; Silva, 2023, p. 85-86)

## **Referências**

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Questionário eletrônico do Secretário Municipal** - Saeb 2021.

CORDEIRO M.<sup>a</sup> Valquíria V.; SILVA, Andréia F. da. Gestão democrática em uma rede municipal de ensino do estado da Paraíba (1989-2018): avanços e entraves. **Revista de Administração Educacional**. v. 13 n. 2. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Paraíba**. Panorama - População. 2020.

MARINHO, Iasmin C. Uso do tempo em sala de aula: estudo dos questionários contextuais do Saeb 2015. In: VIDAL, E. M.; VIEIRA, S. L. **Política educacional, gestão e aprendizagem**: estudos e pesquisas. Fortaleza, 2017. 164 p.

SILVA, Andréia. F. *et al.* Políticas de avaliação externa da educação básica: um estudo das iniciativas das redes municipais do estado da Paraíba. **Revista Administração Educacional**, CE/UFPE, Recife/PE, v. 11, n. 2, p. 20-41, jul./dez. 2020.

SOUSA, Esmeraldina J.; VIDAL, Eloisa M. Diretores da rede municipal de Fortaleza: achados sobre gestão escolar. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-28, jan./dez. 2020.